


HABITUS CULTURAL E OS PROCESSOS FORMATIVOS E PERFORMATIVOS NA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL EM ESPAÇOS CULTURAIS

CULTURAL HABITUS AND THE FORMATIVE AND PERFORMATIVE PROCESSES IN THE INCLUSION OF PEOPLE WITH VISUAL DISABILITIES IN CULTURAL SPACES

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.048-014>

Josué Carlos Souza dos Santos

Doutorando em Educação

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto,

Universidade de São Paulo

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4726525198073708>

RESUMO

Este artigo analisa a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência visual em espaços culturais a partir de uma perspectiva que ultrapassa uma compreensão de um conjunto necessários de adaptações técnicas, propondo entendê-la como experiência vivida inserida em processos mais amplos formativos e performativos. Partindo da crítica aos modelos tradicionais de inclusão, argumenta-se que práticas de acessibilidade e inclusão devem ser marcadas pela centralidade do olhar de quem vive essas experiências, e por disposições culturais específicas. Com base na noção de habitus (Bourdieu; Passeron, 1964; Bourdieu, 1998), evidenciam-se as dimensões sociais e simbólicas que condicionam o acesso e a participação de pessoas com deficiência visual nos espaços de arte e cultura. Em diálogo com abordagens (auto)biográficas, o artigo sustenta a importância das narrativas como forma de acessar as experiências dos sujeitos e compreender como constroem sentidos em contextos de inclusão e exclusão. Metodologicamente, trata-se de um estudo teórico-analítico que articula contribuições no campo da educação, como o conceito dos processos formativos e performativos (Gabriel, 2011), estudos da cultura, como o habitus cultural (Bourdieu; Passeron, 1964; Bourdieu, 1998), e as abordagens (auto)biográficas. Como contribuição, propõe-se um deslocamento da acessibilidade como recurso para a acessibilidade como prática relacional e co-construída, capaz de reconfigurar as experiências culturais a partir da pluralidade dos modos de percepção e interpretação.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; *Habitus*; Narrativas (auto)biográficas; Cultura.

ABSTRACT

This article analyzes the accessibility and inclusion of people with visual disabilities in cultural spaces from a perspective that goes beyond a mere understanding of necessary technical adaptations, proposing instead

to understand it as a lived experience embedded in broader formative and performative processes. Starting from a critique of traditional models of inclusion, it argues that accessibility and inclusion practices should be marked by the centrality of the perspective of those who live these experiences, and by specific cultural dispositions. Based on the notion of habitus (Bourdieu; Passeron, 1964; Bourdieu, 1998), the social and symbolic dimensions that condition the access and participation of visually impaired people in art and cultural spaces are highlighted. In dialogue with (auto)biographical approaches, the article supports the importance of narratives as a way to access the experiences of subjects and understand how they construct meaning in contexts of inclusion and exclusion. Methodologically, this is a theoretical-analytical study that articulates contributions from the field of education, such as the concept of formative and performative processes (Gabriel, 2011), cultural studies, such as cultural habitus (Bourdieu; Passeron, 1964; Bourdieu, 1998), and (auto)biographical approaches. As a contribution, it proposes a shift from accessibility as a resource to accessibility as a relational and co-constructed practice, capable of reconfiguring cultural experiences based on the plurality of modes of perception and interpretation.

Keywords: Accessibility; Inclusion; *Habitus*; (Auto)biographical narratives; Culture.

1 INTRODUÇÃO

A arte, desinteressada, alojada em um pedestal como obra de arte, distante da vida comum e cotidiana, é desinteressante como experiência estética efetiva, sendo louvável tão somente por lembrar que em sua origem ela participava dos modos de ver e de sentir dos indivíduos que a perfizeram (Reis; Bagolin, 2011).

Espaços culturais como museus, galerias, cinemas e bienais têm sido historicamente constituídos a partir de uma centralidade do olhar, organizando suas práticas expositivas, curatoriais e educativas segundo regimes de visibilidade que privilegiam a experiência visual como principal forma de acesso à arte e à cultura. Nesse contexto, a acessibilidade tem sido frequentemente tratada como um conjunto de adaptações técnicas — tais como audiodescrição, materiais em braille ou recursos táteis — implementadas de modo complementar e, muitas vezes, tardio, com o objetivo de mitigar barreiras previamente estabelecidas. Embora tais iniciativas representem avanços importantes, elas tendem a manter intacta a lógica estrutural que produz a exclusão, ao não problematizar suficientemente as condições de produção da experiência cultural e os modos pelos quais diferentes sujeitos a vivenciam e significam.

Essa abordagem da acessibilidade revela uma limitação fundamental: a pouca atenção dedicada à experiência vivida das pessoas com deficiência nos espaços culturais. Ao fazer isso, corre-se o risco de reduzir a acessibilidade a uma dimensão funcional, desconsiderando aspectos sensoriais, interpretativos,

afetivos e formativos que constituem a relação dos sujeitos com a cultura. Tal redução obscurece o fato de que o acesso à arte não se restringe à possibilidade de “receber informação”, mas envolve processos complexos de construção de sentido, pertencimento e participação, que se configuram de diferentes maneiras nas trajetórias e experiências dos indivíduos.

É nesse ponto que a noção de experiência, tal como discutida por Dewey (2010), adquire centralidade. Para o autor, a experiência estética não pode ser dissociada das condições concretas de vida dos sujeitos, sendo atravessada por dimensões sensoriais, emocionais e sociais que configuram diferentes processos os quais os sujeitos estão inseridos e envolvidos. De modo convergente, perspectivas contemporâneas no campo das ciências humanas têm enfatizado a importância das narrativas e das experiências vividas como formas legítimas de produção de conhecimento, especialmente em contextos marcados por desigualdades e exclusões (Josso, 2004; Passeggi, 2011). No campo dos estudos da deficiência, o deslocamento do modelo médico para o modelo social reforça essa perspectiva ao compreender a deficiência como resultado de barreiras sociais, culturais e ambientais.

Enquanto o modelo médico tendia a compreender a deficiência como um atributo associado a déficits ou limitações a serem corrigidos, o modelo social, sistematizado por Oliver (1990), propõe uma outra abordagem ao situar a deficiência nas relações sociais e nas barreiras produzidas pelo ambiente. Como argumenta o autor, a deficiência deve ser entendida como resultado de alguns processos, como estruturas sociais, culturais e institucionais que limitam a participação plena dos indivíduos. Essa mudança de perspectiva tem implicações diretas para o campo da acessibilidade cultural, ao deslocar o foco do indivíduo e sua deficiência para olhares que contemplem o macro onde a deficiência é incluída ou excluída, isto é, a transformação das condições que produzem a exclusão, incluindo práticas institucionais e formas de organização da experiência cultural.

A compreensão das desigualdades no acesso e na fruição dos bens culturais pode ser aprofundada a partir da noção de *habitus* cultural, tal como desenvolvida por Bourdieu e Passeron (1964) e mais adiante mais bem desenvolvido por Bourdieu (1998). Para os autores, o *habitus* consiste em um sistema de disposições incorporadas ao longo das trajetórias sociais, que orienta percepções, gostos e práticas de forma durável e, muitas vezes, inconsciente. No campo cultural, essas disposições configuram modos socialmente diferenciados de relação com a arte, influenciando a capacidade de atribuir sentido à experimentação de arte e cultura nas instituições e sociedade em geral. Desse modo, a experiência estética se apresenta como socialmente condicionada, sendo atravessada por processos de formação que articulam escola, família e outras instâncias de socialização. Considerando essa perspectiva, torna-se possível compreender que as barreiras à participação cultural não são apenas de ordem material ou funcional, mas também simbólicas, inscritas nas próprias estruturas que definem o que conta como experiência legítima da cultura.

A partir dessas contribuições, torna-se possível problematizar a acessibilidade para além de sua dimensão técnica, compreendendo-a como uma experiência inscrita em processos sociais mais amplos e que se constrói na interação entre sujeitos, ambientes e práticas culturais. No entanto, ainda são incipientes os estudos que articulam, de maneira sistemática, acessibilidade, experiência vivida e processos formativos no contexto dos espaços culturais, especialmente a partir de abordagens metodológicas que privilegiem a escuta e a interpretação das narrativas dos próprios sujeitos e suas experiências.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar as contribuições das abordagens (auto)biográficas para a compreensão e o desenvolvimento de práticas de acessibilidade em espaços culturais, propondo um deslocamento para uma perspectiva centrada na experiência vivida. O objeto de análise consiste, portanto, na interface entre acessibilidade e experiência, compreendida a partir das narrativas e dos processos de significação mobilizados por pessoas com deficiência em sua relação com a cultura.

Do ponto de vista metodológico, o artigo se insere em uma abordagem qualitativa de caráter teórico-analítico, fundamentado no diálogo entre a literatura sobre acessibilidade, estudos da deficiência e pesquisas (auto)biográficas em educação. As abordagens (auto)biográficas são aqui mobilizadas como perspectiva epistemológica que reconhece o valor heurístico das narrativas na produção de conhecimento sobre a experiência humana (Josso, 2004; Passeggi, 2011). Essa abordagem permite evidenciar dimensões frequentemente invisibilizadas nos estudos sobre acessibilidade, contribuindo para a construção de práticas culturais mais inclusivas, sensíveis e socialmente comprometidas.

Propondo essa articulação e discussões, este trabalho busca contribuir para o campo da acessibilidade cultural ao oferecer uma leitura que tensiona suas bases conceituais e amplia seus horizontes metodológicos, defendendo que a inclusão em espaços culturais não pode ser plenamente alcançada sem a incorporação das experiências, vozes e narrativas dos sujeitos historicamente excluídos desses contextos.

2 ACESSIBILIDADE: ADAPTAÇÃO E EXPERIÊNCIA

A noção de acessibilidade, particularmente no campo cultural, tem sido historicamente construída sob o signo da adaptação. ‘Acessibilizar’ significa, nesse caso, remover barreiras de acesso por meio da implementação de recursos técnicos capazes de permitir que pessoas com deficiência experienciem conteúdos originalmente concebidos para um público específico (normativo). Essa perspectiva, embora fundamental para o avanço de políticas inclusivas, tende a operar dentro de uma lógica compensatória, na qual a deficiência é tomada como um desvio a ser corrigido ou contornado, sem que se questionem os pressupostos que estruturam a própria produção dos ambientes culturais.

Tal entendimento encontra ressonância no que Oliver (1990) identifica como os limites das abordagens centradas exclusivamente na eliminação de barreiras físicas e funcionais, quando estas não são

acompanhadas de uma transformação mais ampla das condições sociais e culturais que produzem a exclusão. Ainda que o chamado modelo social da deficiência represente um avanço significativo ao deslocar o foco do indivíduo para as estruturas sociais, sua tradução no campo das práticas culturais frequentemente permanece restrita à dimensão operacional, mantendo a acessibilidade como um acréscimo ao já instituído.

No contexto dos espaços culturais, essa lógica se expressa na implementação de dispositivos como audiodescrição, legendas, materiais táteis e visitas mediadas, que, embora ampliem as possibilidades de acesso, não necessariamente transformam os modos de concepção, organização e fruição das experiências culturais. Em muitos casos, tais recursos são introduzidos de forma periférica, como serviços adicionais, e não como elementos constitutivos da experiência estética. Como consequência, a acessibilidade corre o risco de se tornar um mecanismo de inclusão parcial, no qual o sujeito acessa o conteúdo, mas não participa plenamente dos processos de significação que configuram a experiência cultural.

Essa limitação pode ser mais bem compreendida quando se considera que a experiência estética envolve uma articulação complexa entre percepção, emoção, memória e interpretação. Nesse sentido, Dewey (2010) diz que a experiência estética é um processo integrado onde o sujeito se envolve ativamente na construção de sentido. Ainda segundo o autor, a experiência não é algo que acontece ao sujeito, no sentido de ser um resultado, mas algo que se realiza na interação entre o indivíduo e o ambiente, sendo inseparável das condições concretas (isto é, o contexto) em que ocorre.

Ao considerar a acessibilidade a partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a mera disponibilização de recursos técnicos não garante, por si só, a constituição de uma experiência estética significativa. A questão central desloca-se, então, do acesso à informação para as condições de possibilidade da experiência: como os sujeitos se relacionam com as obras, como interpretam os conteúdos, como se situam no espaço e como atribuem sentido àquilo que vivenciam. Esse deslocamento implica reconhecer que a acessibilidade não pode ser pensada apenas em termos de “tradução” ou “adaptação”, mas deve ser compreendida como parte integrante da própria construção da experiência cultural.

Nesse ponto, aproximações com o campo dos estudos da deficiência e das epistemologias críticas tornam-se fundamentais. Autores como Garland-Thomson (1997) têm destacado que a deficiência pode ser entendida como uma condição que se expande para além da questão corporal, mas como uma categoria analítica capaz de revelar os pressupostos normativos que organizam o mundo social. Sob essa ótica, a acessibilidade passa a ser uma oportunidade de reconfiguração dos modos de perceber, conhecer e experienciar a cultura¹.

Essa mudança de perspectiva permite avançar de uma concepção de acessibilidade como adaptação para uma compreensão mais ampla, na qual ela se configura como experiência vivida e prática relacional.

¹ É possível também considerar outros autores no tema de inclusão e acessibilidade, sobretudo estudos brasileiros, como Diniz (2007), Sasaki (2009) e Sarraf (2015).

Isso significa reconhecer que a acessibilidade se produz no encontro entre sujeitos e ambientes, sendo atravessada por dimensões sensoriais, cognitivas, afetivas e sociais que não podem ser plenamente capturadas por soluções padronizadas. Implica, ainda, admitir que diferentes sujeitos experienciam os espaços culturais de maneiras distintas, e que essas diferenças não devem ser apenas acomodadas, mas incorporadas como elementos constitutivos da própria prática cultural.

Desloca-se, então, o foco de um conjunto de adaptações técnicas para a experiência vivida, abrindo espaço para uma abordagem que valoriza a pluralidade dos modos de perceber e interpretar o mundo, questionando a centralidade do olhar como eixo organizador da cultura. Nesse sentido, a acessibilidade se apresenta como um campo de experimentação capaz de produzir novas formas de relação com a arte e com o conhecimento. É precisamente nesse horizonte que se insere a necessidade de mobilizar abordagens metodológicas capazes de acessar a experiência dos sujeitos em sua complexidade, questão que será desenvolvida na seção seguinte, a partir das contribuições das abordagens (auto)biográficas.

3 EXPERIÊNCIA VIVIDA E FORMAÇÃO: DIMENSÕES SENSÍVEIS DA RELAÇÃO COM A CULTURA

O deslocamento da acessibilidade de uma lógica estritamente técnica para uma perspectiva centrada na experiência pode ser aprofundado a partir da noção de *habitus*, tal como formulada por Bourdieu e Passeron (1964) e Bourdieu (1998). Ao compreender o *habitus* como um sistema de disposições duráveis e transponíveis, incorporadas ao longo das trajetórias sociais, é possível visualizar um conjunto de instrumentos analíticos capazes de articular experiência, formação e práticas culturais sem reduzi-las a condições estruturais isoladas. A experiência é constituída daquilo em que o sujeito é socialmente predisposto a perceber, interpretar e valorizar, dialogando com seu contexto e trajetória de vida.

Aplicada ao campo cultural, essa perspectiva permite problematizar a ideia de que o acesso à arte se realiza de maneira homogênea entre diferentes públicos. Ao contrário, os modos de fruição cultural são profundamente marcados por disposições adquiridas em contextos familiares, escolares e sociais que configuram o *habitus* cultural. Tais disposições orientam as formas de percepção, os esquemas de interpretação e as expectativas em relação às instituições culturais. Assim, a experiência estética pode ser compreendida como um processo mediado por estruturas incorporadas que condicionam o que é possível perceber, compreender e sentir.

Nesse sentido, a centralidade do olhar na organização dos espaços culturais, por exemplo, é parte de um regime incorporado que define o que conta como experiência legítima da arte. Esse regime se articula a um *habitus* dominante que pressupõe determinadas competências perceptivas e cognitivas (como a leitura visual, a interpretação de códigos estéticos e a familiaridade com convenções expositivas, entre outras) que não são igualmente distribuídas entre os sujeitos.

Para pessoas com deficiência, especialmente aquelas cuja relação com o mundo não se organiza prioritariamente pela visão (mas, ao contrário, pela falta dela), essa configuração produz um descompasso entre as disposições e expectativas, entre acessos possíveis e a inclusão que talvez estejam inseridas nesses acessos. Esse descompasso deve ser entendido como um efeito das estruturas sociais que privilegiam determinados modos de percepção em detrimento de outros. Nesse ponto, a acessibilidade pode ser reinterpretada como um campo de disputa entre diferentes formas de habitus, no qual se confrontam modos hegemônicos e não hegemônicos de experienciar a cultura.

A experiência vivida, dessa maneira, adquire uma espessura analítica particular: ela se constitui como socialmente estruturada para além das individualidades e singularidades incorporadas. As formas pelas quais pessoas com deficiência experienciam espaços culturais são atravessadas por trajetórias marcadas por exclusão, adaptação, resistência e invenção, que produzem disposições específicas em relação à cultura. Essas disposições podem incluir estratégias de leitura sensorial ampliada, formas alternativas de atenção e modos próprios de atribuição de sentido que desafiam os padrões dominantes da fruição estética.

As considerações a respeito das experiências individuais e coletivas dos sujeitos inserem-se nas definições de processos formativos e performativos propostos por Gabriel (2011) que nos interessa. Segundo a autora², os processos formativos são aqueles de caráter institucionais, como certificações, diplomas, experiências laborais e outras inseridas dentro de instituições de ensino e profissionalização como escolas, universidades, indústrias, comércios, entre outros, e os processos performativos são as ações que ocorrem concomitantemente aos processos formativos, isto é, formações complementares, performances artísticas, outras formas de comunicação e expressão, constituições gerais de si e do mundo, influências religiosas, opiniões políticas, entre outros/as. Esses processos são experienciados pelos sujeitos, por esses (re)significados e incorporados em seus corpos.

Essa compreensão permite avançar de uma concepção de acessibilidade centrada na adequação do ambiente para uma abordagem que considera a relação entre disposições e práticas, que consideram, sobretudo, o pré e pós experiência da pessoa com deficiência. Em vez de apenas adaptar o espaço cultural a um indivíduo, torna-se necessário reconhecer a pluralidade de habitus que atravessa esse público (isto é, o público PCD) e, a partir disso, reconfigurar as práticas culturais de modo a ampliar as possibilidades de participação e reconhecimento. Isso implica, por exemplo, repensar a mediação cultural, os formatos expositivos e os dispositivos de interação como ferramentas de acesso e também como elementos que podem transformar as próprias condições de produção da experiência.

Além disso, evidencia-se que os processos formativos e performativos não se restringem à aquisição de conhecimentos formais, mas envolvem a incorporação de disposições que orientam a relação dos sujeitos

² Gilvete de Lima Gabriel é uma autora em educação que definiu, entre outras questões, as definições aqui apresentadas sobre os processos formativos e performativos.

com a cultura ao longo do tempo. A acessibilidade, nesse sentido, pode ser compreendida como parte desses processos formativos e performativos, na medida em que contribui para a constituição de novas disposições, ampliando repertórios sensoriais, interpretativos e relacionais. Ao mesmo tempo, ela pode atuar como um dispositivo de desestabilização do habitus dominante, ao introduzir formas outras de perceber e experienciar a arte.

4 ABORDAGENS (AUTO)BIOGRÁFICAS: ACESSO ÀS DISPOSIÇÕES E ÀS EXPERIÊNCIAS DE ACESSIBILIDADE

Quais são os processos formativos e performativos que se inserem as pessoas com deficiência visual quando pensamos sobre sua acessibilidade e inclusão às obras da cultura e da arte? Como acessar empiricamente as disposições que operam, em grande medida, de forma pré-reflexiva, ajustes e procedimentos que orientam percepções, práticas e interpretações sem se apresentarem de modo explícito? É nesse horizonte que as abordagens (auto)biográficas se mostram particularmente fecundas, ao possibilitar o acesso às experiências narradas e, por meio delas, às estruturas incorporadas que organizam a relação dos indivíduos com a cultura.

As abordagens (auto)biográficas, conforme desenvolvidas por autoras como Josso (2004) e Passeggi (2011), partem do pressuposto de que a narrativa é simultaneamente um modo de expressão da experiência e um dispositivo de formação. Ao narrar sua trajetória, o sujeito relata acontecimentos e ao mesmo tempo (1) produz uma interpretação de si, (2) reorganiza temporalidades e (3) atribui sentido às experiências vividas. Nesse processo, tornam-se visíveis elementos que, de outro modo, permaneceriam implícitos, incluindo disposições, expectativas, estratégias e modos de relação com diferentes contextos sociais.

No diálogo com a perspectiva de Bourdieu e Passeron (1964) e Bourdieu (1998) anteriormente analisadas, as narrativas podem ser compreendidas como espaços nos quais o habitus se torna parcialmente objetivável. Embora as disposições não sejam diretamente enunciadas, elas se manifestam nas escolhas narrativas, nas categorias utilizadas pelos sujeitos, nas formas de descrição das experiências e nos modos de avaliação das situações vividas. Analisando narrativas de pessoas com deficiência sobre sua relação com espaços culturais, é possível identificar as formas como essas pessoas organizam o mundo e dão sentido à ele, considerando suas experiências anteriores, sua historicidade e suas formas de significação do mundo circundante e além, revelando sobretudo como esses sujeitos se posicionam diante das práticas culturais e das condições de acessibilidade as quais interessam a este trabalho considerar.

Nesse sentido, as abordagens (auto)biográficas permitem deslocar o foco da acessibilidade enquanto atributo do ambiente para a acessibilidade enquanto experiência, construída na interseção entre trajetórias individuais e estruturas sociais. Privilegiando a escuta das narrativas, torna-se possível compreender como os sujeitos interpretam as condições de acesso, como elaboram estratégias de participação e como atribuem

sentido às experiências culturais. Esse deslocamento é particularmente relevante em contextos nos quais a acessibilidade é frequentemente avaliada a partir de critérios técnicos e normativos, que tendem a invisibilizar a diversidade das experiências vividas.

Do ponto de vista metodológico, a mobilização dessas abordagens pode assumir diferentes configurações, incluindo entrevistas narrativas, relatos autobiográficos e dispositivos de escrita reflexiva. Em todos os casos, o objetivo não é apenas coletar dados sobre experiências passadas, mas criar condições para que os sujeitos elaborem suas trajetórias em relação aos espaços culturais, evidenciando continuidades, rupturas e transformações em seus modos de relação com a arte e com a cultura. Esse processo, por sua vez, possui uma dimensão formativa, na medida em que possibilita aos participantes refletirem sobre suas próprias experiências, potencializando processos de conscientização e ressignificação.

Além disso, a análise das narrativas deve ser conduzida de modo a articular as dimensões singulares e sociais da experiência. Isso implica reconhecer que, embora cada trajetória seja única (constituindo ‘indivíduos’ ou seja, pessoas com suas particulares, singularidades e individualidades), ela é atravessada por condições estruturais que produzem coletividades nas formas de acesso, exclusão e participação cultural, isto é, elementos comuns à outras pessoas com deficiência. Nesse ponto, a articulação entre abordagens (auto)biográficas e a teoria do *habitus* permite compreender como disposições socialmente constituídas se expressam em experiências individuais, evitando tanto uma leitura excessivamente subjetivista quanto uma redução estruturalista da experiência.

Esse enquadramento, no campo da acessibilidade cultural, tem a possibilidade de produzir conhecimentos que descrevem práticas existentes e que também contribuem para sua transformação, ou seja, a possibilidade de pensar processos existentes ou mesmo sugerir novos processos. As narrativas dos sujeitos com deficiência podem revelar, por exemplo, formas alternativas de percepção estética, estratégias de apropriação dos espaços culturais e críticas às limitações das práticas institucionais. Esses elementos, quando incorporados ao desenvolvimento de políticas e práticas de acessibilidade, podem favorecer a construção de experiências culturais mais inclusivas, sensíveis à diversidade dos modos de perceber e interpretar o mundo.

Em um mundo dominado pela tecnologia, com o advento das inteligências artificiais e outros sistemas complexos, é urgente pensar em novas possibilidades de acessibilidade, inclusão e pertencimento de PCDs com baixa ou nenhuma visão. As abordagens (auto)biográficas se configuram como uma perspectiva epistemológica que reconhece a centralidade da experiência vivida na produção de conhecimento, uma abordagem contracultura e contracolonial, surgindo dos próprios sujeitos (reconhecidos na condição de ‘participantes’ e não apenas ‘sujeitos’) as análises, possibilidades e sugestões de melhorias da experiência a ser vivida. Permitindo o acesso às disposições e aos processos de significação que estruturam a relação dos sujeitos com a cultura, essas abordagens oferecem um caminho promissor para

repensar a acessibilidade para além de sua dimensão técnica, situando-a como prática relacional, formativa e social onde os sujeitos participam também de sua elaboração e construção. É a partir dessas contribuições que se torna possível avançar, na seção seguinte, para a análise das implicações dessa perspectiva no contexto específico dos espaços culturais contemporâneos.

5 ACESSIBILIDADE EM ESPAÇOS CULTURAIS: IMPLICAÇÕES PARA PRÁTICAS E MEDIAÇÕES

As reflexões desenvolvidas até aqui permitem deslocar a análise da acessibilidade de questões técnicas onde as instituições e organizações pensam nas estratégias e políticas de acessibilidade e inclusão de uma forma vertical (ou seja, deles para o público, e não o contrário), para um horizonte no qual ela se configura como prática social, relacional e formativa, surgindo da experiência dos próprios participantes suas considerações. No entanto, esse deslocamento só se torna efetivo quando articulado às condições concretas de funcionamento dos espaços culturais. Museus, galerias, cinemas e bienais (entre outros/as) são instituições atravessadas por normas, convenções e expectativas que estruturam modos legítimos de fruição cultural. Nesse contexto, a acessibilidade frequentemente aparece como um recurso adicional, incorporado de forma periférica às práticas institucionais, sem que se alterem significativamente os pressupostos que orientam a produção da experiência.

Os espaços culturais tendem a pressupor um público dotado de competências específicas (sobretudo visuais) e familiarizado com códigos estéticos e comportamentais que orientam a relação com as obras. Considera-se aqui que quando práticas de acessibilidade são implementadas sem questionar esse horizonte, elas operam como mecanismos de compensação, permitindo o acesso aos conteúdos, mas não necessariamente a transformação das condições de participação. Como resultado, produz-se uma inclusão parcial, na qual o sujeito é admitido no espaço, mas permanece à margem dos processos de significação que estruturam a experiência cultural.

A partir da articulação entre experiência vivida, *habitus* e processos formativos e performativos, torna-se possível tensionar essa lógica e propor uma reconfiguração das práticas de acessibilidade. Em vez de concebê-las como adaptações posteriores, trata-se de reconhecê-las como elementos constitutivos da experiência cultural, implicando uma revisão dos modos de concepção, mediação e organização dos espaços. Esse movimento exige deslocar o foco da adequação do sujeito ao ambiente para a transformação das próprias práticas institucionais, de modo a acolher a pluralidade dos modos de perceber, interpretar e experienciar a cultura.

Nesse sentido, a mediação cultural ocupa um lugar estratégico. Tradicionalmente orientada à transmissão de informações sobre as obras, ela pode ser reconfigurada como espaço de construção compartilhada de sentidos, no qual diferentes formas de sensorialidade e interpretação são reconhecidas e

mobilizadas. Isso implica, por exemplo, considerar dimensões táteis, sonoras e narrativas que ampliem as possibilidades de relação com a obra (entendimento e constituição de sentidos).

Além disso, a reorganização dos espaços e dos percursos expositivos pode contribuir para a construção de experiências mais inclusivas, ao considerar aspectos como tempo de fruição, possibilidades de interação e diversidade de formas de acesso às obras. Essas transformações, no entanto, devem incorporar, assim defende-se aqui, a incorporação das narrativas dos próprios sujeitos a respeito de suas vidas, experiências e processos formativos e performativos. As abordagens (auto)biográficas, oferecem dessa maneira um dispositivo de escuta e co-construção, capaz de informar práticas mais sensíveis às experiências vividas.

Reconhece-se, então, que as narrativas são fonte legítima de conhecimento. Abre-se a possibilidade de deslocar a acessibilidade de uma lógica normativa para uma perspectiva dialógica, na qual os sujeitos deixam de ser destinatários de políticas e passam a ser interlocutores na definição das práticas culturais. Esse movimento implica uma mudança de posição por parte das instituições, que passam a operar como espaços de negociação e construção coletiva de experiências.

Dessa forma, as implicações aqui delineadas apontam para uma abordagem que aponta para uma reinscrição da experiência da pessoa com deficiência em um quadro mais amplo, no qual a acessibilidade é compreendida como dimensão constitutiva da experiência cultural. Com isso em mente, pode-se avançar, nas considerações finais, para a síntese dos argumentos e a indicação de caminhos futuros para o campo da acessibilidade cultural.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo partiu da constatação de que a acessibilidade, no campo cultural, tem sido predominantemente concebida como um conjunto de adaptações técnicas voltadas à remoção de barreiras previamente estabelecidas. Embora tais iniciativas representem avanços importantes, argumentou-se que elas são insuficientes para dar conta da complexidade da relação entre sujeitos-participantes e cultura, na medida em que tendem a desconsiderar a dimensão da experiência vivida e os processos formativos que atravessam a fruição estética. Nesse sentido, buscou-se deslocar o debate da acessibilidade como recurso para a acessibilidade como experiência, articulando, a noção de *habitus* (Bourdieu; Passeron, 1964; Bourdieu, 1998), os processos formativos e performativos (Gabriel, 2011) e as abordagens (auto)biográficas.

Como vimos com relação à noção de *habitus*, inspirada em Pierre Bourdieu, foi possível evidenciar que o acesso à cultura envolve disposições incorporadas que orientam modos de perceber, interpretar e participar. Os espaços culturais (operando sob uma lógica de um *habitus* dominante) tendem a reproduzir formas de exclusão não-explicita que não são plenamente enfrentadas por soluções técnicas isoladas. A

acessibilidade revela-se como um campo de tensão entre diferentes disposições, no qual se confrontam modos hegemônicos e não hegemônicos de experienciar a cultura.

A incorporação das abordagens (auto)biográficas permitiu avançar na compreensão dessa dinâmica ao oferecer um caminho metodológico para acessar as experiências dos sujeitos e as formas pelas quais suas trajetórias se articulam às condições estruturais (ao contexto). Reconhecendo as narrativas como dispositivos de produção de conhecimento, este trabalho defende a centralidade da escuta das experiências vividas como condição para a construção de práticas de acessibilidade mais sensíveis e efetivas. Tal perspectiva possibilita identificar barreiras e também compreender como os sujeitos elaboram estratégias, constroem sentidos e produzem formas próprias de relação com os espaços culturais.

A partir dessa articulação teórica e metodológica, argumentou-se que a acessibilidade deve ser compreendida como prática relacional e processo formativo e performativo, implicando uma reconfiguração das práticas institucionais. Isso envolve deslocar a acessibilidade de uma posição periférica para um lugar constitutivo na concepção das experiências culturais, reconhecendo a pluralidade dos modos de percepção e interpretação como elemento estruturante (e não excepcional) da experiência cultural.

As implicações desse deslocamento são tanto teóricas quanto práticas. Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para ampliar o campo da acessibilidade cultural ao integrá-lo a debates sobre experiência, formação e produção de conhecimento, tensionando abordagens que privilegiam soluções técnicas construídas ‘de cima para baixo’, ou seja, da instituição para as pessoas. Do ponto de vista prático, aponta para a necessidade de desenvolver estratégias que incorporem a participação ativa dos sujeitos na construção das experiências culturais, favorecendo processos de co-construção que desafiem os modelos tradicionais de inclusão. Essas práticas devem ser articuladas ‘de baixo para cima’, ou seja, do sujeito para a instituição: de suas experiências, erros e acertos e sugestões de quem vive a acessibilidade e inclusão (ou ausência destas).

Por fim, é importante reconhecer que as reflexões aqui apresentadas se situam no plano teórico-analítico, abrindo caminhos para investigações empíricas futuras que possam aprofundar a compreensão das experiências de pessoas com deficiência em diferentes contextos culturais. Nesse sentido, outras pesquisas que mobilizem abordagens narrativas em diálogo com práticas institucionais concretas poderão contribuir para o desenvolvimento de modelos de acessibilidade mais integrados, capazes de articular recursos técnicos, experiências vividas e transformações institucionais. Isto é, pesquisa de campo, coletas de dados, vivenciar tempo com os sujeitos e/ou nas instituições, entre outras metodologias específicas de contribuições estendidas ao campo do conhecimento.

Sustenta-se que a inclusão em espaços culturais não pode ser plenamente alcançada sem a incorporação das experiências, disposições e narrativas dos sujeitos historicamente postos à margem desses contextos. É certo dizer que houve avanços ao longo do tempo com relação ao tema de acessibilidade e

inclusão, como as já mencionadas práticas implementadas de audiodescrição, materiais em braile/recursos táteis, entre outras, mas além dessas questões, trata-se de pensar transformações das condições de produção da experiência cultural, de modo a construir espaços efetivamente plurais, nos quais diferentes formas de perceber, sentir e significar o mundo possam, além de coexistir, produzir novas possibilidades de arte, cultura e experiência.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). *Escritos de educação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. *Les héritiers: les étudiants et la culture*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1964.

DEWEY, John. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GABRIEL, Gilvete de Lima. *Narrativa autobiográfica como prática de formação continuada e de atualização de si: os grupos-referência e o grupo reflexivo na mediação da constituição identitária docente*. 1ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2011.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. *Extraordinary bodies: figuring physical disability in American culture and literature*. New York: Columbia University Press, 1997.

JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

OLIVER, Michael. *The politics of disablement*. London: Macmillan, 1990.

PASSEGGI, Maria da Conceição. *Narrativas autobiográficas: sentidos, práticas e formação*. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 327–342, 2011.

REIS, Magali dos; Bagolin, Luiz A. *Arte Como Experiência*. *Cadernos de pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)*, v. 41, p. 314-319, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000100017>. Acesso em: 04 mai. 2026.

SARRAF, Viviane Panelli. *Acessibilidade em espaços culturais: mediação e comunicação sensorial*. São Paulo: EDUC-Fapesp, 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação*. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf. Acesso em 04 mai. 2026.